PROVA DE SERVIÇO SOCIAL DA PF COMENTADA

INFORMAÇÕES:

- Nesse arquivo você acessará 70 questões de serviço social comentadas. Todas as questões são da prova da Política Federal de 2014;
- O grupo concurseiro de serviço social é responsável pela organização do material. Todas as questões da referida prova, assim como os comentários estão disponíveis do site da banca;
- As questões estão separadas por temas;

VALOR:
R$20,00 (PDF)

O MATERIAL POSSUÍ:

- 800 questões gabaritadas;
- 600 questões comentadas

COMPRE ATRAVÉS DO:

24 9 8805-0215 / 86 9 9983-9453

concurseirosdeservicosocial@gmail.com

ANALISE DA PROVA DA PF

Cargo: Assistente Social

A ANALISE A SEGUIR FOI FEITA TENDO POR BASE AS 70 QUESTÕES DO ÚLTIMO CONCURSO DA PF EM 2014

12 questões de Planejamento e Avaliação	06 questões de Pesquisa Social	07 questões da LOAS (Lei n° 8.742/93)	04 questões da Lei n° 10.741/2003 (Estatuto do Idoso)
03 questões da Lei 8.662/93	04 questões da Lei n° 7.853 (Pessoa com Deficiência)	03 questões de Política Social	03 questões de Mediação e Conciliação de Conflito
01 questão de Instrumentos de Trabalho	03 questões sobre Família	02 questões de Balanço Social	02 questão do PNAS
02 questões do ECA	03 questões de documentos oficiais	03 questões da Lei 8.213/1991	04 questão de Resolução do CFESS
02 questão da Política Nacional de Redução de Danos	01 questão do SUS	04 questões de Trabalho em Rede	01 questão da Portaria n° 3.088

QUESTÕES COMENTAS DA PROVA DE SERVIÇO SOCIAL DA PF/2014

PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

1-A abordagem sequencial — segundo a qual as políticas sociais são sucessão de ações — limita-se a uma visão linear e etapista da avaliação, embora apresente a vantagem de propor um quadro de análise simples.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: CORRETO. De acordo com a literatura especializada sobre metodologias avaliativas, a abordagem sequencial apresenta a vantagem de propor um quadro de analise simples, que atribui ordem ao complexo processo de ações e decisões no campo da formulação, implementação e avaliação de políticas sociais. Os limites da abordagem sequencial, contudo, são muito mais expressivos: apresenta visão linear e etapista.

2-A avaliação de uma política social é, necessariamente, determinada e direcionada pelos fundamentos teóricos que sustentam as análises dos avaliadores, ainda que seja adotado um rigoroso instrumental metodológico.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: CORRETO. A análise e a avaliação de uma política social, por mais que se adote um rigoroso instrumental metodológico, serão sempre determinadas e direcionadas pelas referências teóricas adotadas pelos avaliadores, que atribuirão sentido e significado ao conteúdo da avaliação.

3-A abordagem qualitativa difere da avaliação da qualidade dos serviços no que se refere ao seu uso na avaliação de programas.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: CORRETO. A abordagem qualitativa não deve ser confundida com a avaliação da qualidade dos serviços, que se baseia na otimização, eficiência, eficácia, efetividade, equidade, legitimidade e aceitabilidade. A avaliação da qualidade dos serviços está ancorada em dados quantitativos.

4-A proposta de avaliação por triangulação de métodos contempla, no processo de avaliação, a integração objetiva e subjetiva bem como os atores, tomados por objetos de análise do projeto e do programa e sujeitos de autoavaliação.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: CORRETO. Além da integração objetiva e subjetiva no processo de avaliação, a avaliação por triangulação de métodos inclui os atores do projeto e do programa. não apenas como objetos de análise, mas, principalmente, como sujeitos de autoavaliação.

5-A mesma relação entre custo e benefício estabelecida para a avaliação de mercado deve ser aplicada à avaliação de políticas sociais públicas, haja vista que o objetivo de ambos os setores é atender ao maior número de pessoas com a menor quantidade de recursos.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: ERRADO. Muitos estudos consideram que a relação custo-benefício não se pode aplicar às políticas sociais públicas com o rigor e intencionalidade com que se aplica ao mercado, visto que seu objetivo não é (e não deve ser) o de atender ao maior número de pessoas com o menor dispêndio e recursos. A avaliação de políticas sociais públicas deve ser orientada pela intencionalidade de apontar em que medida as políticas e programas sociais são capazes e estão conseguindo expandir direitos, reduzir a desigualdade social e propiciar a equidade. As políticas sociais devem ser tratadas como um processo de formulação, execução e consolidação de direitos e serviços sociais que devem ser permanentes e universais.

6-No planejamento estratégico, a pactuação não integra o planejamento e a busca por respostas a situações complexas, sendo uma ação restrita aos gestores.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: ERRADO. O planejamento estratégico abrange a categoria estratégia, conferindo-a visibilidade, por agregar ao processo as noções de mobilização, negociação, movimentos, manejo de técnicas, recursos, enfim, todos os meios (táticos) necessários a se enfrentar uma situação complexa.

7-Ao se analisar a eficácia do planejamento com base em estudo do impacto daquilo que foi planejado sobre a situação, examinam-se apenas os efeitos diretos da intervenção realizada, não se efetuando uma pesquisa.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: ERRADO. A eficácia é analisada com base em estudo da adequação da ação para o alcance dos objetivos e das metas previstos no planejamento e o quão esses objetivos e metas foram alcançados. Nessa análise, são estudados não apenas os efeitos diretos, resultantes da intervenção, mas também os efeitos indiretos. A avaliação de eficácia vai exigir, em geral, uma pesquisa própria, ou o estabelecimento de um instrumental de controle que, além de acompanhar o desempenho e o rendimento do trabalho

propriamente dito, incida sobre as mudanças ocorridas na realidade sobre a qual se está trabalhando. O estudo do impacto do planejado sobre a situação refere-se à avaliação da efetividade.

8-A reciprocidade entre gestão democrática e planejamento estratégico verifica-se em face da tendência em se romper com as hierarquias verticais rígidas de comando e promover-se um tipo de comunicação horizontal intensiva nas organizações.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: CORRETO. A gestão pública democrática estabelece uma relação de reciprocidade com o planejamento estratégico. Isso ocorre, primeiramente, porque tendem a romper, nas organizações, com as hierarquias verticais rígidas de comando, promovendo um tipo de comunicação horizontal intensiva (colegiada). Além disso, buscam ultrapassar a democracia representativa, combinando-a com a democracia participativa ou direta.

9-O planejamento limita-se ao momento específico de montagem de um plano de ação para a realização de determinada atividade que será efetuada em curto prazo.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: ERRADO. O planejamento apresenta as seguintes características: é um processo permanente e contínuo, pois é realizado de forma sistemática dentro da empresa e não se esgota na simples montagem de um plano de ação; visa relacionar, entre várias alternativas disponíveis, determinado curso de ação, em função de suas consequências futuras e das possibilidades de sua execução e realização. O curso de ação escolhido pode ter uma duração variável — desde curto a longo prazo — e pode ter uma amplitude igualmente variável — abrangendo a empresa como um todo e até uma unidade de trabalho.

10-O planejamento operacional é detalhado e analítico; abrange cada tarefa ou operação bem como a etapa de supervisão; e deve estar intrinsecamente relacionado ao planejamento tático.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: CORRETO. O planejamento operacional, efetuado no nível operacional da empresa, envolve a supervisão, sendo detalhado e analítico bem como direcionado para o curto prazo e a cada tarefa ou operação. O planejamento operacional volta-se ao que fazer, como fazer e para quem fazer, visando otimizar e maximizar os resultados. Esse tipo de planejamento deve estar intrinsecamente relacionado ao planejamento tático e ao planejamento estratégico.

11-O planejamento situacional, um método de planejamento constituído por momentos não sequenciais, mas simultâneos, compreende o momento explicativo, no qual se realiza o diagnóstico, selecionando-se problemas e discutindo-se suas causas em relação aos fenômenos e às estruturas sociais básicas.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: CORRETO. Planejamento situacional é um método de planejamento constituído por quatro momentos não sequenciais, simultâneos e em constante processo. Um desses momentos é o explicativo, equivalente ao diagnóstico, etapa em que são selecionados problemas e discutidas suas causas ao nível dos fenômenos (fenoestrutura) e das estruturas sociais básicas (genoestrutura).

12-Na concepção atual de planejamento, plano e ação caracterizam processos totalmente opostos que devem ocorrer em momentos diferentes.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: ERRADO. A dicotomia plano versus ação opõe processos supostamente antagônicos, mas que, na verdade, são parte de um único momento. Na ação concreta, o plano desenvolve-se e faz-se imprescindível. Os métodos de planejamento tradicionais, ao ignorar a variável política, impedem o diálogo entre plano e gestão, relação absolutamente imprescindível para coadunar o planejar com o fazer.

PESQUISA SOCIAL

13-A avaliação requer a construção de um sistema de indicadores específicos que possibilite aferir se os objetivos da proposta estão sendo adequadamente conduzidos ou se foram alcançados.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: CORRETO. Tratando-se de avaliação, os indicadores são parâmetros quantificados ou qualitativamente elaborados que servem para indicar se os objetivos de uma proposta estão sendo adequadamente conduzidos ou foram alcançados. Cada investigação avaliativa deve construir seu sistema de indicadores específicos. Mesmo quando um conjunto de variáveis pode ser usado para vários projetos, os indicadores devem sinalizar condições específicas da realidade em avaliação. Por exemplo, a quantidade e a qualidade de informações preexistentes pode determinar a necessidade de produzir novas informações. A maioria dos projetos inicia-se com uma análise diagnóstica, ponto de partida para a construção de indicadores.

14-De acordo com os pressupostos da pesquisa de natureza qualitativa, segundo a qual é necessário conhecer a experiência social do sujeito, e não somente suas circunstâncias de vida, a realidade vivida pelo sujeito é conhecida a partir dos significados por ele atribuídos.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: CORRETO. Entre os pressupostos que fundamentam o uso de metodologias qualitativas de pesquisa incluem-se o reconhecimento da singularidade do sujeito; o reconhecimento da importância de se conhecer a experiência social do sujeito; e o reconhecimento de que conhecer o modo de vida do sujeito pressupõe o conhecimento de sua experiência social.

15-A validação das pesquisas qualitativas requer quantidade adequada de observações efetuadas; constância e exatidão no registro dos dados aferidos; e possibilidade de expansão das conclusões a outros contextos.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: CORRETO. As pesquisas qualitativas são validadas pela presença dos seguintes aspectos: quantidade de observações efetuadas, constância e exatidão no registro dos dados aferidos e possibilidade de estender as conclusões a outros contextos. Nesse sentido, essas pesquisas não são menos científicas que as quantitativas, se a análise que se faz dos fenômenos compreende as exigências de um sistema de explicação mais amplo.

16-De acordo com o paradigma da complexidade, a formulação do objeto de pesquisa deve ser efetuada com o intuito de ampliar o foco de análise para aumentar a disseminação das diferentes linhas teóricas que devem estar presentes na investigação.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: ERRADO. De acordo com o paradigma da complexidade e da pesquisa interdisciplinar, deve-se empreender um enquadramento focado e delimitado do objeto de investigação. Ao se buscar o dialogo/debate entre duas ou mais perspectivas diferentes de abordagem do objeto, aumenta-se o risco de uma dispersão teórica e metodológica. Entre as principais estratégias para compensar essa tendência inclui-se a busca de um enquadramento bastante preciso do objeto.

17-A adoção de estratégia participante em pesquisa realizada em ambientes institucionais implica incluir, necessariamente, a participação efetiva dos pesquisadores envolvidos na gestão do trabalho investigativo.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: ERRADO. Estratégias participantes são um dos tipos de estratégias institucionais que contam com a participação orgânica do pesquisador na realidade social em foco, mas não implica participação dos envolvidos na gestão de seu trabalho investigativo. Essa estratégia fundamenta-se no modelo clássico de pesquisa participante originado na antropologia e etnografia contemporânea, na qual os pesquisadores

conviviam intimamente e por períodos de média ou longa duração com os grupos humanos investigados, visando poder interpretar por dentro a cultura e a subjetividade.

18-Na investigação realizada em ambientes organizacionais, consideram-se como fontes primárias as fontes que foram captadas e sistematizadas a partir de alguma forma de elaboração teórico-analítica.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: ERRADO. Recursos e fontes primários referem-se a todo material que não recebeu um tratamento analítico e que é constituído, geralmente, pelos registros cotidianos e regulares nas organizações e na vida pessoal, grupal e social dos indivíduos.

BALANÇO SOCIAL

19- O balanço social de uma organização consiste em um demonstrativo de que a instituição tem por objetivo não só a geração de lucros, mas também o desempenho social.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: CORRETO. O balanço social tem como foco demonstrar publicamente que a intenção da organização não é somente a geração de lucros com um fim em si mesmo, mas o desempenho social, o que é feito por meio da prestação de contas do seu desempenho sobre o uso e a apropriação de recursos que originalmente não lhe pertenciam, prática que reafirma o compromisso e a responsabilidade da organização para com a sociedade.

20-Ao elaborar o balanço social anual de uma organização, os dirigentes devem priorizar a divulgação das avaliações financeiras, a fim de subsidiar a tomada de decisões relativas ao quantitativo de recursos humanos.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: ERRADO. O balanço social favorece a todos os grupos que interagem com a empresa. Aos dirigentes fornece informações úteis à tomada de decisões relativas aos programas sociais que a empresa desenvolve. Entre os benefícios proporcionados pela implementação do balanço social destacam-se: identificação do grau de comprometimento social da empresa com a sociedade, os empregados e o meio ambiente; evidenciação, mediante indicadores, das contribuições à qualidade de vida da sociedade; e avaliação da administração por meio de resultados sociais, e não somente de resultados financeiros.

LOAS (LEI 8.742/93)

21-A assistência social objetiva a proteção social, que, por sua vez, visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos por meio de ações como, por exemplo, a promoção da integração dos cidadãos ao mercado de trabalho.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: CORRETO. Lei n.º 8742/1993 - LOAS. Art. 2.º. A assistência social tem por objetivos: I – a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente: a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; c) a promoção da integração ao mercado de trabalho; d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

22-A LOAS objetiva estabelecer normas técnicas para a implementação da assistência social, além de expressar o esforço coletivo da sociedade em englobar fatos e valores da vida contemporânea, de modo a atribuir-lhes vigência jurídica.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: CERTO. Conforme literatura consagrada na área, a LOAS é um documento que, não obstante seu caráter formal, é produto e expressão de debates e embates políticos e, por isso, apresenta indefinições e supressões de termos e palavras que tornam menos conciso o significado da assistência social. Ela não significa um mero instrumento jurídico para regular tecnicamente a assistência social, mas um documento juspolítico, que expressa o esforço coletivo, de englobar fatos e valores da vida contemporânea.

23-A LOAS apresenta uma concepção de assistência social calcada em uma perspectiva a-histórica e distanciada da análise da relação entre Estado e sociedade.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: ERRADO. Conforme literatura consagrada na área, a LOAS expressa uma concepção de assistência social que a percebe como fruto da relação de antagonismo e reciprocidade entre Estado e sociedade, dentro de uma perspectiva histórica.

24-O SUAS consolida o modo de gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os três entes federativos que, por conseguinte, operam a proteção social não contributiva no âmbito da seguridade social.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: CORRETO.A NOB/SUAS disciplina a gestão pública da Política de Assistência Social no território brasileiro, executada de modo sistêmico pelos entes federativos, em consonância com a CF, a LOAS e as legislações complementares a ela aplicáveis. O SUAS é um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo especifico da assistência social no campo da proteção social brasileira. Em termos gerais, o SUAS consolida o modo de gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os três entes federativos que, de modo articulado e complementar, operam a proteção social não contributiva de seguridade social no campo da assistência social.

25-A concessão e o financiamento dos benefícios eventuais, ou seja, aqueles destinados a complementação dos serviços de proteção social especial, são de responsabilidade exclusiva do governo federal.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: ERRADO. Conforme a Lei n.º 8742/1993 – LOAS, Art. 22, entendem-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do SUAS e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública. § 1º A concessão e o valor dos benefícios de que trata este artigo serão definidos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios e previstos nas respectivas leis orçamentárias anuais, com base em critérios e prazos definidos pelos respectivos Conselhos de Assistência Social.

26-As entidades e organizações de assistência social incluem as organizações que prestam atendimento aos beneficiários da política de assistência social de forma continuada e planejada, por meio da concessão de benefícios de prestação social básica ou especial.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: CORRETO. Consideram-se entidades e organizações de assistência social, de acordo com a Lei 8.742/93, Art.3º, aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos. § 1.º São de atendimento aquelas entidades que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de prestação social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, nos termos desta Lei, e respeitadas as deliberações do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), de que tratam os incisos I e II do art. 18.

27-Os projetos de enfrentamento à pobreza visam, prioritariamente, incluir as famílias pobres nos programas de transferência de renda.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: ERRADO. Os projetos de enfrentamento da pobreza, conforme a Lei 8.742/93, Art.25, compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio-ambiente e sua organização social.

PNAS

28-A proteção social básica objetiva especificamente amparar a população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, da privação e(ou) que apresenta fragilização de vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: ERRADO. A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). (Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Brasília, novembro, 2005, p. 33).

29-As diretrizes da PNAS incluem a centralidade na família para a concepção e a implementação de benefícios, serviços, programas e projetos de assistência social. Essa concepção também está preconizada no SUAS, que, além de priorizar a centralidade na família e na matricialidade sociofamiliar, estabelece padrões de atendimento, nomenclatura dos equipamentos, indicadores de avaliação e resultados.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: CORRETO. Concebendo a assistência social como dever do Estado, a PNAS fixa como diretrizes: IV – Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos. (Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Brasília, novembro, 2005, p. 33). A centralidade na família e a matricialidade sociofamiliar são preconizadas também no SUAS, sistema de gestão da política de assistência social no Brasil, o qual são estabelecidos padrões de atendimento, como eixos de atuação, nomenclatura dos equipamentos, qualidade dos atendimentos, indicadores de avaliação e resultados.

LEI N.º 7.853/1989

30-É garantido a todas as pessoas portadoras de deficiência o atendimento domiciliar de saúde, independentemente do grau de deficiência.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: ERRADO. Conforme o Art. 2.º da Lei 7.853 ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico. II – na área da saúde: e) a garantia de atendimento domiciliar de saúde ao deficiente grave não internado.

31-Às pessoas com deficiência que não tenham acesso aos empregos comuns o poder público deve estimular a criação e a manutenção de empregos, inclusive de tempo parcial.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: CORRETO. Conforme o Art. 2.º da Lei 7.853 ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico. III – na área da formação profissional e do trabalho: b) o empenho do Poder Público quanto ao surgimento e à manutenção de empregos, inclusive de tempo parcial, destinados às pessoas portadoras de deficiência que não tenham acesso aos empregos comuns.

32-As ações públicas, coletivas ou individuais, relativas aos interesses das pessoas com deficiência são passíveis de intervenção do Ministério Público, o qual, para resguardar o interesse dessas pessoas, poderá requisitar de qualquer pessoa física ou jurídica informações, exame ou perícia, em prazo não inferior a dez dias úteis.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: CORRETO. Conforme o Art. 5.º da Lei 7.853 o Ministério Público intervirá obrigatoriamente nas ações públicas, coletivas ou individuais, em que se discutam interesses relacionados à deficiência das pessoas. Art. 6.º. O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou particular, certidões, informações, exame ou perícias, no prazo que assinalar, não inferior a 10 dias úteis.

33-Diferentemente das entidades da administração pública, cometerá crime punível unicamente por meio de pagamento de multa a empresa privada que negar, sem justa causa, emprego ou trabalho a alguém em razão de sua deficiência.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: ERRADO. Conforme o Art. 8.º da Lei 7.853º constitui crime punível com reclusão de 1 a 4 anos, e multa: III – negar, sem justa causa, a alguém, por motivos derivados de sua deficiência, emprego ou trabalho.

LEI DE REGULAMENTAÇÃO (Nº 8.662/63)

34-Prestar orientação social a indivíduos e grupos em ambientes institucionais constitui atribuição privativa do assistente social.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: ERRADO. De acordo com o art. 4.º da Lei de Regulamentação da Profissão (Lei n.º 8.662/1993), constituem competências do assistente social encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população. Portanto, Prestar orientação social a indivíduos e grupos em ambientes institucionais não é atribuição privativa do assistente social.

35-Planejar, organizar e administrar serviços sociais constituem atribuições privativas do assistente social.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: ERRADO. De acordo com o art. 4.º da Lei de Regulamentação da Profissão (Lei n.º 8.662/1993), entre as competências do assistente social incluem-se planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais. Portanto, planejar, organizar e administrar serviços sociais não são atribuições privativas do assistente social.

36-Estudos, pesquisas, planos, programas e projetos relativos à área de serviço social podem ser realizados unicamente por profissional assistente social.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: CERTO. De acordo com o art. 5.º da Lei de Regulamentação da Profissão (Lei n.º 8.662/1993), constituem atribuições privativas do assistente social coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de serviço social.

ESTATUTO DO IDOSO (LEI 10.741/2003)

37-Pedro, de setenta e cinco anos de idade, viúvo, aposentado, além de apresentar vários problemas de saúde, foi diagnosticado com demência. O único bem que o idoso possui é um veículo, e, por isso, reside com a filha Maria, o genro João e os três netos em uma casa alugada, próxima a uma escola. Eventualmente, os alunos dessa escola praticam atitudes preconceituosas contra o idoso. Considere que João, sem o consentimento de Maria, tenha induzido Pedro a outorgar uma procuração em seu nome para a venda do veículo, o único bem do idoso. Nesse caso, a ação do genro não caracteriza crime passível de reclusão, já que, além de ajudar a esposa nos cuidados com o sogro, ambos residem na mesma casa.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: ERRADO. Conforme a Lei n.º 10.741/2003, art. 106 induzir pessoa idosa sem discernimento de seus atos a outorgar procuração para fins de administração de bens ou deles dispor livremente: Pena – reclusão de 2 a 4 anos.

38-Pedro, de setenta e cinco anos de idade, viúvo, aposentado, além de apresentar vários problemas de saúde, foi diagnosticado com demência. O único bem que o idoso possui é um veículo, e, por isso, reside com a filha Maria, o genro João e os três netos em uma casa alugada, próxima a uma escola. Eventualmente, os alunos dessa escola praticam atitudes preconceituosas contra o idoso. Considere que, ao ser atendido no centro de saúde próximo de sua residência, foram identificados sinais de negligência em Pedro. Nesse caso, havendo suspeita de situação de violência, o serviço de saúde deverá notificar, compulsoriamente, o Ministério Público.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: ERRADO. Conforme a Lei n.º 10.741/2003, art. 19. Os casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra idosos serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade sanitária, bem como serão obrigatoriamente comunicados por eles a quaisquer dos seguintes órgãos: I – autoridade policial; II – Ministério Público; III – Conselho Municipal do Idoso; IV – Conselho Estadual do Idoso; V – Conselho Nacional do Idoso. § 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se violência contra o idoso qualquer ação ou omissão praticada em local público ou privado que lhe cause morte, dano ou sofrimento físico ou psicológico.

DICA:

Notifica- autoridade sanitária

Comunica: Ao MP, ao conselhos Nacional, Estadual e Municipal e Autoridade Policial.

39-Pedro, de setenta e cinco anos de idade, viúvo, aposentado, além de apresentar vários problemas de saúde, foi diagnosticado com demência. O único bem que o idoso possui é um veículo, e, por isso, reside com a filha Maria, o genro João e os três netos em uma casa alugada, próxima a uma escola. Eventualmente, os alunos dessa escola praticam atitudes preconceituosas contra o idoso. Se Pedro for inscrito em um programa habitacional subsidiado com recursos públicos para compra de moradia própria, ele será priorizado em razão da reserva de unidades habitacionais para atendimento a idosos.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: CORRETO. Conforme a Lei n.º 10.741/2003, art. 38, nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, o idoso goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, observado o seguinte: I -reserva de pelo menos 3% das unidades habitacionais residenciais para atendimento aos idosos.

40-Pedro, de setenta e cinco anos de idade, viúvo, aposentado, além de apresentar vários problemas de saúde, foi diagnosticado com demência. O único bem que o idoso possui é um veículo, e, por isso, reside com a filha Maria, o genro João e os três netos em uma casa alugada, próxima a uma escola. Eventualmente, os alunos dessa escola praticam atitudes preconceituosas contra o idoso. Conforme o Estatuto do Idoso, as escolas devem incluir conteúdos sobre o envelhecimento e a valorização do idoso em seu currículo mínimo a fim de eliminar os preconceitos existentes na sociedade.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: CORRETO. Conforme a Lei n.º 10.741/2003, art. 22, nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria.

LEI 8.213

41-O segurado que estiver recebendo auxílio-doença e desejar retornar ao trabalho voluntariamente terá seu benefício mantido até que seja realizada perícia médica da previdência social.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: ERRADO. O auxílio-doença cessa pelo retorno voluntário ao trabalho sem prévia perícia médica – alta antecipada.

42-Não é permitida concessão de aposentadoria por invalidez, em nenhuma hipótese, caso a doença tenha sido originada anteriormente à filiação na previdência social.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: ERRADO. Não tem direito à aposentadoria por invalidez quem, ao se filiar à previdência social, já tiver doença ou lesão que geraria o benefício, a não ser quando a incapacidade resultar no agravamento da enfermidade

43-No processo de aposentadoria por invalidez de pessoas acometidas por acidente de qualquer natureza, dispensa-se a carência, ou seja, a exigência de doze contribuições mensais.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: CERTO. Para ter direito ao benefício são exigidas doze contribuições mensais, exceto na hipótese do art. 26 da Lei n.º 8.213/1991, que independe de carência, ou seja, nas hipóteses de acidente de qualquer natureza, de doença profissional ou do trabalho, bem como nos casos de segurado que, após filiar-se ao regime geral de previdência social, for acometido de alguma das doenças e afecções especificadas em lista elaborada pelos Ministérios da Saúde e do Trabalho e da Previdência Social a cada três anos, de acordo com os critérios de estigma, deformação, mutilação, deficiência, ou outro fator que lhe confira especificidade e gravidade que mereçam tratamento particularizado.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCESCENTE (LEI 8.069/90)

44-Horário especial para o exercício das atividades refere-se a um dos princípios da formação técnico-profissional do adolescente.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: CERTO. De acordo com o art. 63, do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/1990), a formação técnico-profissional deve estar de acordo com o princípio referente à concessão de horário especial para o exercício das atividades.

45- Os direitos trabalhistas e previdenciários são assegurados apenas ao adolescente aprendiz com idade igual ou superior a dezesseis anos.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: ERRADO. De acordo com o art. 65 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/1990), ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos de idade, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.

POLÍTICA SOCIAL

46-Em consequência das medidas de ajuste liberal realizadas a partir da década de 80 do século passado na América Latina e em conformidade com o paradigma da eficiência e efetividade na gestão, as políticas

de combate à pobreza foram substituídas, em grande medida, pelas políticas de busca da universalização do acesso aos serviços básicos.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: ERRADO. A partir da segunda metade da década de 80 do século passado, por meio dos diversos tipos de políticas e programas sociais vigentes na América Latina, foi realizado um trânsito do paradigma da universalização do acesso a serviços básicos para a redução ou combate à pobreza resultante das políticas de ajuste estrutural. Tais políticas, em consonância com o paradigma da efetividade e eficiência na gestão, instituíram a focalização, a privatização e a descentralização como um mecanismo de gestão e distribuição de recursos.

47-Os Estados nacionais têm favorecido, atualmente, o desenvolvimento de políticas industriais com o intuito de fortalecer seus mercados internos e ampliar a competitividade no cenário internacional.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: ERRADO. As políticas neoliberais comportam algumas orientações e condições que se combinam, em face da inserção de um país na dinâmica do capitalismo contemporâneo, marcada pela busca de rentabilidade do capital por meio da reestruturação produtiva e da mundialização. Entre essas orientações e condições incluem-se atratividade, adaptação, flexibilidade e competitividade. Os Estados nacionais têm dificuldades em desenvolver políticas industriais, restringindo-se a tornar os territórios nacionais mais atrativos às inversões estrangeiras. Os Estados locais convertem-se em ponto de apoio das empresas. Uma das funções econômicas do Estado passou a ser a garantia dessa atratividade, a partir das novas relações entre este e grupos mundiais, nos quais o Estado tem um lugar cada vez mais subordinado e, paradoxalmente, estrutural.

48-O terceiro setor tem o papel tanto de limitador do poder do Estado quanto de substituto de suas funções, sendo um mecanismo que contribuiu para a sustentação da hegemonia neoliberal.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: CORRETO. Como espaço de lutas políticas e projetos contra-hegemônicos, a sociedade civil surge vinculada à vida associativa, sendo um terceiro setor, situado entre o Estado e o mercado, cujo papel não é apenas limitar seu poder, mas também substituí-lo em várias de suas funções. Associada a este arranjo teórico-prático e político, destacou-se como um dos pilares da hegemonia neoliberal na construção de consensos que suprimiram a legitimidade do Estado no enfrentamento da “questão social”.

CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO

49-Durante a mediação, o mediador apenas administra o procedimento para que as partes envolvidas no conflito tomem a decisão e, caso consintam, assinem um termo de acordo para cumprimento.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO:CORRETO. Na mediação, o mediador não decide, mas somente administra o procedimento para que as partes decidam o conflito. Semelhante ao resultado da conciliação, sendo o procedimento positivo, faculta-lhes a redação e assinatura de um termo de acordo para o cumprimento espontâneo. Caso se entenda necessário, pode valer-se de duas testemunhas.

50-A escolha de técnicas como paráfrase e brainstorming no curso da mediação condiciona-se à fase em que se encontra o procedimento e objetiva, entre outros aspectos, sintetizar o conteúdo das falas e suscitar alternativas.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: CORRETO. Na mediação, a escolha de técnicas depende da fase do procedimento. Ora tem como foco melhorar a comunicação entre as partes, ora suscitar alternativas, ora verificar a viabilidade das opções eleitas, entre outras várias finalidades. As técnicas mais utilizadas são as seguintes:

- **paráfrase:** o mediador reformula a frase, sem alterar o sentido original, para organizar, sintetizar e neutralizar seu conteúdo;
- **brainstorming (tempestade de ideias):** o mediador incentiva a criatividade quando os que estão sendo mediados não conseguem, por si, propor opções. Essa técnica é realizada inicialmente para gerar ideias sem críticas (falar aquilo que vem à mente, sem pensar) e, em seguida, analisar e selecionar as ideias mais valiosas.

51-A conciliação, por ser um procedimento abrangente, não conta com a participação de um coconciliador, tendo por objetivo principal tratar o relacionamento entre as pessoas envolvidas no conflito.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: ERRADO. Embora a conciliação possa ser um momento inserido em um procedimento maior, também pode consistir em uma forma alternativa de resolução de conflitos em que um terceiro (sozinho ou com coconciliadores), por meio de técnicas de negociação, administra o procedimento especialmente disciplinado a esse fim, buscando fazer com que as pessoas envolvidas entendam-se e cheguem a um acordo. Na conciliação, em princípio, não se busca tratar o relacionamento, mas tão somente o acordo do conflito latente.

RESOLUÇÕES DO CFESS

52- Relatórios de gestão e roteiros de entrevistas são considerados materiais técnicos de caráter não sigiloso que viabilizam a continuidade do serviço social e a defesa dos interesses dos usuários.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: CERTO. Segundo o art. 4.º da Resolução CFESS n.º 556/2009, material técnico refere-se aos instrumentos de caráter não sigiloso produzidos para o exercício profissional nos espaços sócio-ocupacionais que viabilizam a continuidade do serviço social e a defesa dos interesses dos usuários. São materiais técnicos relatórios de gestão, relatórios técnicos, pesquisas, projetos, planos, programas sociais, fichas cadastrais, roteiros de entrevistas, estudos sociais e outros procedimentos operativos.

53-O material técnico relativo a atendimento realizado por assistente social, dado seu caráter reservado, deve ser arquivado, obrigatoriamente, no mesmo espaço físico ocupado pelo referido profissional.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: ERRADO. De acordo com os artigos 4.º e 5.º da Resolução CFESS n.º 493/2006, o material técnico utilizado e produzido no atendimento é de caráter reservado, sendo seu uso e acesso restrito aos assistentes sociais. Desde que respeitadas essas condições, o arquivo desse material pode estar em outro espaço físico.

54-A supervisão direta de estágio de serviço social deve ser realizada necessariamente na mesma instituição e local onde o estagiário executa suas atividades de aprendizado, pois, caso contrário, a responsabilidade ética dos envolvidos será apurada, mediante procedimentos processuais previstos no Código Processual de Ética, garantindo-se o direito de defesa e do contraditório.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: CERTO. De acordo com o art. 5.º da Resolução CFESS n.º 533/2008, a supervisão direta de estágio de serviço social deve ser realizada por assistente social funcionário do quadro de pessoal da instituição em que ocorre o estágio, em conformidade com o disposto no inciso III do artigo 9.º da Lei n.º 11.788/2008, na mesma instituição e no mesmo local onde o estagiário executa suas atividades de aprendizado, assegurando seu acompanhamento sistemático, contínuo e permanente, de forma a orientá-lo adequadamente. Sem a satisfação dessas condições, a supervisão direta poderá ser considerada irregular, sujeitando os envolvidos à apuração de sua responsabilidade ética, mediante procedimentos processuais previstos pelo Código Processual de Ética, garantindo-se o direito de defesa e do contraditório.

55-Se a situação exigir atendimento concomitante de profissionais do serviço social e da psicologia, o relatório final da intervenção, com a emissão de opinião técnica, poderá ser elaborado pelo assistente social, desde que seja assinado pelos dois profissionais.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: ERRADO. De acordo com a Resolução CFESS n.º 557/2009, art. 4°: Ao atuar em equipes multiprofissionais, o assistente social deverá garantir a especificidade de sua área de atuação. Parágrafo primeiro - O entendimento ou opinião técnica do assistente social sobre o objeto da intervenção conjunta com outra categoria profissional e/ ou equipe multiprofissional, deve destacar a sua área de conhecimento separadamente, delimitar o âmbito de sua atuação, seu objeto, instrumentos utilizados, análise social e outros componentes que devem estar contemplados na opinião técnica. Parágrafo segundo - O assistente social deverá emitir sua opinião técnica somente sobre o que é de sua área de atuação e de sua atribuição legal, para qual está habilitado e autorizado a exercer, assinando e identificando seu número de inscrição no Conselho Regional de Serviço Social.

DOCUMENTOS OFICIAIS

56- Ao se elaborar o laudo ou parecer social de um usuário, deve-se evitar fazer referências à postura e ao comportamento dos envolvidos no decorrer do estudo, pois essas impressões são consideradas análises de julgamento moral.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: ERRADO. Alguns profissionais costumam fazer referências iniciais do que perceberam com relação à postura e ao comportamento dos envolvidos no decorrer do processo avaliativo, iniciando seus textos com essas sinalizações. Essas referências são importantes quando há conflitos entre os usuários (no caso de grupo de família) ou quando algum deles compareceu à entrevista visivelmente alcoolizado. Caso seja possível marcar nova entrevista, o fato pode ser discutido com o próprio usuário. Cabe ao profissional decidir eticamente o que deve ou não ser registrado.

57-Considerando-se que, ao elaborar o parecer social, cabe ao assistente social emitir opinião acerca de uma situação social com base em análise essencialmente teórica, é vedado a esse profissional o levantamento de hipóteses a respeito das possíveis consequências dessa situação.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: ERRADO. De acordo com a literatura da área, o parecer social diz respeito ao esclarecimento e análise, com base em conhecimentos específicos do Serviço Social, de uma questão relacionada a decisões a serem tomadas. Trata-se de exposição e manifestação sucinta, enfocando objetivamente a questão ou a situação social analisada, os objetivos do trabalho solicitado e apresentado, portanto, é uma

análise referenciada em fundamentos teóricos, éticos e técnicos inerentes ao Serviço Social. Esse parecer também deve conter uma análise prospectiva e levantar hipóteses acerca de possíveis consequências da situação.

58-Na elaboração do laudo social de um usuário, os marcos da história de vida deste constituem importantes dados de análise. Essas informações geralmente compõem a introdução do laudo, o desenvolvimento assume características de análise, e a avaliação final direciona-se à conclusão e às sugestões para resolução do problema.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: CERTO. Conforme literatura da área, os marcos significativos da história de vida são também um dado importante de análise, especialmente para profissionais que lidam com depoimentos verbais, com manifestos. Esse histórico deve ser breve, com o relato do que é sumamente importante para melhor entendimento da situação e da análise do profissional. Desse modo, o histórico de vida assume papel introdutório no corpo do texto, e o desenvolvimento assume características de análise. A avaliação final encaminha para a conclusão e para as sugestões.

TRABALHO EM REDE

59-As redes primárias são constituídas por organizações governamentais que, considerando os princípios da igualdade e da eficiência, atuam na prevenção de situações de risco.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: ERRADO. As redes primárias ou de proteção espontânea são aquelas que se organizam na perspectiva do apoio mútuo e da solidariedade, como nas relações afetivas, de parentesco, de proximidade com amigos, vizinhos e nas relações entre os indivíduos de uma mesma comunidade. Essas formas de rede são tecidas no cotidiano, estimuladas pelas demandas de apoio na convivência e, frequentemente, passam despercebidas pelos sujeitos que nela se inserem e se relacionam.

60-Embora o termo rede não conste no texto do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a necessidade de uma ação pública intersetorial está prevista na definição do paradigma da proteção integral ao segmento infanto-juvenil, contida nesse documento.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: CERTO. No Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) não se utiliza o termo “rede”, mas, ao se prever, nesse esse documento, a proteção integral ao segmento infanto-juvenil como paradigma, configura-se a necessidade de uma ação pública articulada. Nessa ação, têm papel importante as organizações da sociedade, tanto na sua participação no conselho municipal quanto na parceria com o

poder público, por meio da oferta de serviços sociais. Todas as referências para a garantia dos direitos sociais previstos no ECA assinalam que, para ser eficaz, a formação de uma política de atenção integral à criança e ao adolescente deverá promover relações, conexões e articulações entre os diversos serviços setoriais.

61-A ação em rede, em qualquer área, pressupõe a apreensão da realidade social como um todo complexo. Nessa perspectiva, compreendendo-se que os fatos são multicausais e multidependentes entre si, chega-se à noção de totalidade.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: CERTO. Conforme literatura acerca do assunto, a fruição da ação em rede provoca uma retomada da totalidade, ou seja, exige apreender a realidade social e nela agir como em um todo complexo, um todo que é tecido junto. Assim, impõe-se uma perspectiva que integre, organize e totalize os fatos.

62-Em uma rede de proteção social, a generalização de temas possibilita maior quantidade de respostas a demandas sociais e potencializa a eficácia da proposta da rede.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: ERRADO. De acordo com literatura acerca do assunto, o que agrega valor à proposta de uma rede de proteção social é a boa definição de seu foco de atuação. A existência de um objetivo bem definido pode ser decisivo para o sucesso dessa rede. Uma rede de proteção social precisa estar focada em seu objetivo e sua(s) temática(s). Uma generalização para muitos temas pode incorrer em descaracterização, perda de foco e consequente perda de potência da rede.

FAMÍLIA

63-O trabalho com as famílias deve fundamentar-se no conceito de núcleo familiar, o qual vem sendo fortalecido nas recentes mudanças relacionadas às diferentes maneiras de exercer as funções de sobrevivência e de desenvolvimento dos membros da família.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: ERRADO. A suspensão de qualquer juízo de valor acerca do que deva ser uma família estruturada possibilita que a família seja pensada em seus múltiplos jeitos de ser e existir. Observando que, atualmente, funções essenciais à sobrevivência e ao desenvolvimento dos diversos membros da família não são exercidas exclusivamente por este ou aquele membro em particular, concluímos que a imagem mais condizente com essa realidade é a de uma rede de relações que pode ser fortalecida,

ampliada, substituída, acrescida etc. Portanto, se a família não é mais um núcleo, e sim uma rede, nosso trabalho com ela terá de se abrir para o novo.

64-As políticas familistas baseiam-se na ideia de que a principal responsável pelo bem-estar e pela provisão das necessidades humanas é a família, o que significa que a satisfação das necessidades das famílias está atrelada à participação de seus membros na esfera mercantil.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: CERTO. Conforme literatura consagrada na área, o familismo está presente nos sistemas de proteção social em que a política pública considera que as unidades familiares devem assumir a principal responsabilidade pelo bem-estar de seus membros. Isso corresponde a uma menor provisão de bem-estar por parte do Estado e a satisfação das necessidades das famílias passa a depender cada vez mais da participação de seus membros na esfera mercantil.

65-A família representa um espaço de socialização de seus membros e permite a formação de identidades e histórias de vida, independentemente do lugar que ocupa no mercado de trabalho.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: CERTO. Definição consensual na área. Destaca-se a importância da família como um espaço de socialização, proteção e formação dos indivíduos. A capacidade da família de prover as necessidades de seus membros encontra-se estreitamente dependente da posição que ocupa nas relações de produção e no mercado de trabalho. A família é responsável pelo cultivo da sociabilidade e das relações de reciprocidade, permitindo forjar identidades, projetos e histórias de vida

POLÍTICAS E PROGRAMAS SOCIAIS PARA OS USUÁRIOS DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

66-Antônio, de cinquenta e seis anos de idade, trabalha, há 25 anos, como agente administrativo no núcleo de emissão de documentos de uma instituição pública. Nos últimos seis meses, Antônio passou a faltar frequentemente ao trabalho, sair durante o expediente sem apresentar justificativas e apresentar baixo rendimento no desempenho de suas atividades. Constatou-se que esses problemas foram motivados pelo consumo de bebida alcoólica e, embora o servidor se mostre resistente a se tratar, foi encaminhado ao setor competente da instituição para início de um plano de tratamento. Se, em entrevista, o assistente social abordar o consumo de álcool, deverá ater-se em repassar a Antônio as informações sobre os efeitos e as consequências da substância, visto que essa atitude é comprovadamente eficiente, mesmo quando desvinculada de um programa de prevenção.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: ERRADO. Repassar informações sobre efeitos e consequências do uso de álcool e drogas é útil, porém de validade questionável, quando feito de forma isolada e desconectada de um programa de prevenção desenhado de forma a respeitar as características de sua população-alvo.

67-Antônio, de cinquenta e seis anos de idade, trabalha, há 25 anos, como agente administrativo no núcleo de emissão de documentos de uma instituição pública. Nos últimos seis meses, Antônio passou a faltar frequentemente ao trabalho, sair durante o expediente sem apresentar justificativas e apresentar baixo rendimento no desempenho de suas atividades. Constatou-se que esses problemas foram motivados pelo consumo de bebida alcoólica e, embora o servidor se mostre resistente a se tratar, foi encaminhado ao setor competente da instituição para início de um plano de tratamento. Durante o atendimento a Antônio, recomenda-se adotar a abordagem da redução de danos, estratégia que possibilita aumentar o grau de liberdade e de corresponsabilidade do usuário bem como o ajuda a traçar metas voltadas para a mudança no seu estilo de vida.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: CERTO. A abordagem da redução de danos reconhece cada usuário em suas singularidades, traça com ele estratégias que não estão voltadas especificamente para a abstinência como objetivo a ser alcançado, mas para a defesa de sua vida. Este método está vinculado à direção do tratamento: tratar significa aumentar o grau de liberdade, de corresponsabilidade daquele que está se tratando.

PORTARIA N.º 3.088/2011

68-Antônio, de cinquenta e seis anos de idade, trabalha, há 25 anos, como agente administrativo no núcleo de emissão de documentos de uma instituição pública. Nos últimos seis meses, Antônio passou a faltar frequentemente ao trabalho, sair durante o expediente sem apresentar justificativas e apresentar baixo rendimento no desempenho de suas atividades. Constatou-se que esses problemas foram motivados pelo consumo de bebida alcoólica e, embora o servidor se mostre resistente a se tratar, foi encaminhado ao setor competente da instituição para início de um plano de tratamento. Caso Antônio continue resistente em submeter-se ao tratamento para a dependência do álcool, não é indicado encaminhá-lo ao Centro de Atenção Psicossocial, visto que sua recusa altera o projeto terapêutico individual e significa o descumprimento do contrato terapêutico, o que fará que ele seja desligado desse centro e encaminhado a outro tipo de serviço.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: ERRADO. Em serviços de tratamento, o projeto terapêutico de cada usuário deve ser construído individualmente e comporta um conjunto de ações com o objetivo de incentivar o aumento de sua autonomia, organizar sua permanência/frequência na instituição, entre outras. Esse projeto deve estar atrelado a um contrato terapêutico, e nos casos de não cumprimento deste por parte do usuário, em hipótese alguma isso deve significar seu desligamento, cerceamento ou exclusão, mesmo que parcial, do acesso irrestrito aos serviços. Deve ser recontratado com o usuário um novo projeto para que ele possa efetivamente cumpri-lo. Segundo a Portaria n.º 3.088, de 23 de dezembro de 2011, art. 7.º O ponto de atenção da Rede de Atenção Psicossocial na atenção psicossocial especializada é o Centro de Atenção Psicossocial. § 3.º O cuidado, no âmbito do Centro de Atenção

Psicossocial, é desenvolvido por intermédio de Projeto Terapêutico Individual, envolvendo em sua construção a equipe, o usuário e sua família, e a ordenação do cuidado estará sob a responsabilidade do Centro de Atenção Psicossocial ou da Atenção Básica, garantindo permanente processo de cogestão e acompanhamento longitudinal do caso.

INSTRUMENTO DE TRABALHO

60-No caso de o assistente social utilizar-se, como meio de intervenção, de uma entrevista com o referido servidor, está contraindicado o uso da técnica de reflexão, pois a mesma direciona-se apenas à identificação do problema, limitando-se a tomada de consciência.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: ERRADO. A técnica de reflexão pretende oferecer ao usuário a possibilidade de examinar as suas crenças ou supostas formas de conhecimento à luz dos fundamentos que as sustentam. Para isso, exige do usuário a consciência de que, se dada situação é problemática, quando se identificam as condições que o influenciam, é possível gerar hipóteses de soluções e testar as hipóteses. A reflexão tem caráter retrospectivo, nela o sujeito reflete sobre a ação. Para isso, em um primeiro momento, busca-se, por meio dela, descobrir como ocorreu o fenômeno, descrevendo-se as condições, os fatores ou mecanismos na produção do evento e, posteriormente, busca-se explicação e análise das conexões existentes entre os elementos que o determinaram, a fim de que sejam identificadas as contradições e localizadas as necessidades.

SUS

70-No processo de intervenção do assistente social junto ao servidor, faz-se necessário compreender que, quanto maior o nível de vulnerabilidade e de perda de autonomia do usuário, maior deve ser a quantidade de recursos ofertados pela equipe que o assiste. Esse princípio denomina-se equidade e caracteriza-se como um dos eixos de sustentação do Sistema Único de Saúde.

COMENTÁRIO DA QUESTÃO

GABARITO: CERTO. Quanto maior o nível de vulnerabilidade e de perda de autonomia do usuário do serviço, maior deve ser a quantidade de recursos ofertados pela equipe que o assiste. Esse princípio – oferta maior de recursos aos mais necessitados – é denominado equidade, um dos eixos de sustentação do Sistema Único de Saúde.